

Líderes dos tribunais superiores apóiam planejamento estratégico do Judiciário

Dirigentes dos tribunais superiores de Justiça reforçaram os propósitos do presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Gilmar Mendes, na implantação do planejamento estratégico na Justiça durante o 2º Encontro Nacional do Judiciário, realizado nesta segunda-feira (16/02) em Belo Horizonte. Ao assegurar que os tribunais estão alinhados com os objetivos, as lideranças relataram esforços para a modernização e gestão dos processos.

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Cesar Asfor Rocha, adiantou que, até o final deste semestre, todas as rotinas administrativas do Tribunal serão executadas por via eletrônica. “A meta agora é encurtar o tempo decorrido entre a autuação e classificação do processo desde o tribunal de origem até a distribuição no STJ, que hoje é de quatro meses”.

A ministra Cármen Lucia, que representou o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Ayres Britto, ressaltou que a “Justiça eleitoral vai em busca do cidadão, ao contrário de outros ramos da Justiça, que agem quando provocados”. Ela lembrou que a Justiça eleitoral faz planejamento de curto, médio e longo prazo, ao considerar a logística do processo eleitoral. Disse que, desta forma, o planejamento eleitoral está em “sintonia com o planejamento nacional do Judiciário”.

Já o ministro Tenente-Brigadeiro-do-Ar Flávio de Oliveira Lencastre, presidente do Superior Tribunal Militar (STM), discorreu sobre os avanços da Justiça militar em relação às metas traçadas para o planejamento estratégico propostas pelo ministro Gilmar Mendes para este ano. Em relação à meta relacionada ao julgamento de todos processos judiciais distribuídos até o final de 2005, o ministro revelou que, nesta categoria, o tribunal tem apenas três processos, número equivalente às características da Justiça Militar.

O presidente eleito do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Milton de Moura França, destacou o início da digitalização dos processos na Justiça do Trabalho que caminha para a virtualização total de processos. Ele citou também o sistema de distribuição de processos que trará agilidade e economia.

Finalmente, o desembargador Marcos Faver, presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça, conclamou os colegas a resgatar a credibilidade da Justiça brasileira. Segundo ele, “a morosidade é a mãe de todas as especulações negativas que existem no Judiciário”, o que provocou aplausos demorados da platéia.

SR/HC

Agência CNJ de Notícias